

“Detetives do Patrimônio”: Uma experiência urbana de conhecimento histórico do patrimônio cultural de Sobral-CE

“Heritage Detectives”: An urban experience of historical knowledge of cultural heritage in Sobral-CE

Edcarlos da Silva Araújo

Mestrando em História
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
historiadoraraujoed@gmail.com

Ana Carolina Araújo Martins

Graduanda em História
Universidade Estadual Vale do Acaraú
kioliaraujo@gmail.com

Recebido em: 20/02/2020

Aprovado em: 07/03/2020

Resumo: Este artigo objetiva discutir as formas de apropriação dos espaços urbanos e seu uso pela educação patrimonial, neste caso, vinculado a Casa do Capitão-Mor José de Xerez Furna Uchôa (CCM), o Centro de Referência Cultural e Histórica de Sobral, equipamento da Prefeitura Municipal de Sobral (PMS), que tem sua criação correlata ao tombamento do sítio histórico da cidade de Sobral no Ceará, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1999, que promove ações de educação patrimonial, visando a difusão do patrimônio cultural e da história local pela educação patrimonial. Os pressupostos teóricos utilizados caminham no debate a respeito de como o profissional de história lida com o patrimônio cultural e se atrela ao corpo documental da fonte, o jogo “Detetives do Patrimônio”.

Palavras-chave: Cidade; Cultura; Espaços.

Abstract: This article aims to discuss how forms of appropriation of urban spaces and their use by heritage education, in this case, linked to Casa do Capitão-Mor José de Xerez Furna Uchôa – CCM, the Centro de Referência Cultural e Histórica de Sobral, equipment of the Prefeitura Municipal de Sobral – PMS, which has its creation correlated to the historic site of the city of Sobral in Ceará, listed by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, in 1999, which promotes heritage education actions, aiming at the dissemination of heritage cultural and local history through heritage education. The theoretical assumptions used are part of the debate about how the history

professional deals with cultural heritage and is linked to the documentary body of the source, the game “Detetives do Patrimônio”.

Keywords: City; Culture; Spaces.

Introdução

Em agosto de 1999, o sítio histórico da cidade de Sobral, no Ceará, foi reconhecido como patrimônio cultural nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), compreendendo o conjunto urbano do centro da cidade como área de interesse para a preservação, pela representação das marcas dos processos de ocupação e evolução do sertão nordestino, com exemplares materiais dos séculos XVIII, XIX e XX. É a partir do tombamento que se iniciam, em Sobral, ações do poder público no intuito de preservar, valorizar e difundir o patrimônio.¹

Uma dessas ações é a criação do Centro de Referência Cultural e Histórica de Sobral, a Casa do Capitão-Mor José de Xerez Furna Uchôa (CCM), uma pequena casa térrea do período colonial, conhecida por ter sido residência da figura já citada de José de Xerez, antigo Capitão-Mor da Vila Distinta e Real de Sobral (1773), e está localizada no núcleo de ocupação inicial do povoado Caiçara, próximo às margens do Rio Acaraú, de onde mais tarde, emergiu Sobral. Hoje, a edificação situada no sítio histórico tombado da cidade, é um importante equipamento cultural mantido pela Prefeitura Municipal de Sobral (PMS), desde sua inauguração em 2007. Uma das principais atividades realizadas pela Casa é a difusão do patrimônio cultural e da história local por meio da educação patrimonial.

Nesse sentido, no presente artigo é discutido como as atividades de educação patrimonial realizadas pela Casa, participam de um processo que cria e difunde uma memória institucional sobre a cidade, buscando perceber como isto incentiva a valorização do patrimônio cultural. Para tal, refletiu-se sobre o jogo “Detetives do Patrimônio”, que se constitui por uma experiência de conhecer a cidade através de alguns de seus marcos *in loco*, por meio de um jogo de pistas e observações.

Além disso, objetiva-se também perceber o papel do profissional de história e sua relação com a memória institucional e com a educação patrimonial. Faz-se necessário, inicialmente, pontuar que os autores falam a partir do local de profissionais da área, atrelados ao equipamento cultural em questão.

¹ O conjunto arquitetônico e urbanístico de Sobral – CE, reconhecido em agosto de 1999, foi inscrito nos Livro de Tombo Arqueológico, etnográfico e paisagístico e no Livro de Tombo Histórico em junho de 2000.

Nesse caso, esta pesquisa reflete os resultados da prática de trabalho dos autores enquanto mediadores culturais, encarregados tanto de guias de visita ao espaço museológico da Casa, onde se apresenta uma narrativa da história local, como das visitas externas ao sítio histórico e da realização de atividades como a execução do jogo “Detetives do Patrimônio”.

Estabelecendo relações entre o historiador e o patrimônio cultural

Fazendo reflexões a respeito do patrimônio como objeto de pesquisa do historiador, Pacheco (2010) aborda questões essenciais para pensar a atuação do profissional que estuda o passado. Uma delas é a importância do diálogo entre teoria e prática quando o assunto é a educação informal, isso com base nos relatos sobre as experiências vividas pelo historiador como coordenador do Memorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), no desafio de transformar um espaço de memória institucional acadêmico em um lugar que se aproxime da comunidade e que eles possam se sentir próximos da história dos objetos expostos no ambiente museal.

Pacheco (2017), também atesta que, mesmo que as sociedades contemporâneas estejam em um momento de intensa proliferação do sentido de preservar suas memórias, seja através de dispositivos legais do Estado, no caso brasileiro, o tombamento de bens imóveis e o registro de bens da cultura imaterial, ou por vias de reconhecimento das próprias comunidades, a produção historiográfica, pouco tem se atentado para “a dimensão temporal dos objetos materiais e imateriais.” (PACHECO, 2017 p. 6). Isto porque boa parte das publicações sobre os bens patrimoniais provém do trabalho de memorialistas, que coletam as informações e as aglutinam em um contexto de memórias afetivas. Justamente por isso, discorrer sobre a pesquisa histórica e sua relação com o patrimônio, requer uma contextualização do objeto para enfim partir à exploração das possibilidades de ligação entre o patrimônio histórico, o historiador e a pesquisa histórica.

O autor, ao pontuar essa trajetória do patrimônio no Brasil, chega à conclusão que os historiadores pouco refletem sobre a preservação dos bens de valor histórico, pois, quando se perguntava sobre quais bens seriam o objeto de preservação nos anos 1930, os arquitetos agiram privilegiando as edificações da arquitetura barroca colonial, o que de forma geral perdurou até o fim

dos anos 60, momento em que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN),² órgão responsável pela gestão do patrimônio no Brasil estava sob direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Nos anos 1980, os antropólogos se posicionaram afirmando serem de relevância os saberes e modos de fazer das comunidades tradicionais. Mudando o enfoque e resguardando-se ao século XXI, os turismólogos empenharam-se na exploração turística do patrimônio, para resolver a situação do que fazer para manter a existência dos bens culturais. Assim, ao que parece, há um campo vago, que carece de perspectivas históricas (PACHECO, 2017).

E a partir dessa carência, o autor apresenta vários caminhos para se estudar esta relação. Uma dessas possibilidades é a educação patrimonial, fundamentada pelo autor como um importante viés de percepção das relações identitárias na sociedade, pela observação de como os grupos sociais se relacionam ou não com objetos culturais. Cita que podemos usá-la como recurso “para identificar quais os objetos que são reconhecidos pela comunidade de sentidos como guardiões da sua memória coletiva; quais são os objetos que atuam como formadores das identidades sociais.” (PACHECO, 2017 p. 12).

Aplicando tais ideias ao nosso campo de atuação, a Casa do Capitão-Mor, partiu-se do pressuposto que lidamos com a elaboração de uma memória institucional, que pode ser entendida como a memória oficial, aquela produzida tecnicamente por meio de especialistas com a habilidade de moldar os fatos sobre o passado e que, por sua vez, encontra-se cada vez mais em ascensão, como aponta Pacheco (2010).

Ulpiano defende que a memória está em voga não apenas entre os especialistas, e que pode também ser usada como um suporte para legitimar as identidades, seja pelo Estado, entidades privadas ou até mesmo grupos marginalizados:

² O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é oficialmente criado pela Decreto de Lei nº 378 de 1937. O SPHAN se torna DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com o Decreto-Lei nº 8534 de 1946. No final da década de 1960 o arquiteto Renato Soeiro assume o DPHAN e entre 1970 a 1979 o transforma no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN. Entre 1979 a 1981, se torna Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, entre os anos de 1981 a 1985, Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, de 1985 a 1990, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN no início da década de 90 até 1994, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, e desde 1995 até os dias atuais o órgão segue com esta nomenclatura: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Ver mais em: SILVA, 2003.

[...] Estado (principalmente por intermédio de organismos documentais e de proteção ao patrimônio cultural), entidades privadas, empresas, imprensa, partidos políticos, movimentos sindicais, de minorias e de marginalizados, associações de bairros, escolas, e assim por diante, todos têm procurado destilar sua autoimagem – mas raramente e com dificuldade a da sociedade como um todo. (MENEZES, 1999, p. 12).

O que significa que as práticas de educação patrimonial realizadas pela Casa, embasadas pelo discurso de tombamento federal, deslocam as edificações de Sobral, do seu sentido original (lar, comércio, repartição pública ou privada), para servirem a um discurso mobilizado pelo Estado, que busca lembrar o passado, com fins de repassar a história local, não tão somente com a intenção de desenvolver uma consciência histórica sobre a importância do passado, mas também para se autoafirmar enquanto grupo social: o modo de ser sobralense. E assim se diferenciar de outros grupos, demarcando limites não apenas geográficos, mas sobretudo imagéticos.

Retomando o texto de Ulpiano, observa-se que ele o escreve em 1999, mesmo ano do tombamento de Sobral, que começou o seu processo em 1996.³ Temos então, indícios de sua afirmação, da memória ter estado e estar realmente em voga ainda hoje, pois sabe-se que o Estado, cada vez mais operacionaliza a memória para se legitimar. Através de uma constituição de símbolos que são selecionados para estabelecer as bases de uma memória coletiva, o Estado empenha-se na tarefa de unificar o sentimento de nação, criando caminhos para preservar e difundir tais simbologias. Este é o projeto de Estado que impera na preservação do patrimônio brasileiro, na prática do SPHAN, desde 1937, embasado pela Lei n.º 378. Tendo sido um órgão criado com o intuito de definir o que constitui o patrimônio histórico e artístico nacional, atrelado ao interesse público de conservar bens que remetessem a “fatos memoráveis da história do Brasil” (BRASIL, Decreto-Lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937, p. 1).

Depois dos anos 30 as constituições que precederam a Constituição Brasileira de 1988, pouco inovaram na proteção dos bens culturais, a não ser pelo caso da Constituição de 1967 que “[...] inovou em relação às suas predecessoras ao incluir sob a tutela constitucional as jazidas arqueológicas” (SILVA, 2003, p. 120). Fora isto, é apenas com os artigos, 68, 215 e 216 de 1988, que é notada a

³ O processo de patrimonialização de Sobral é iniciado em 1996 com o Abaixo-assinado para solicitação do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico na cidade de Sobral, 1996; Processo n.º 1379-T-97; IPHAN/DID/ARQUIVO/RJ.

ampliação da visão normativa de patrimônio, que abandonou a noção de monumentalidade e utilizou o termo patrimônio cultural, “Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (BRASIL, 1988).

Outro aspecto relevante de mudança na política patrimonial brasileira, é o Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e que, ao classificar as manifestações em seus respectivos Livros de Registros, aponta no inciso “2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.” (BRASIL, 2000). Essas são importantes alterações na prática patrimonial brasileira, não obstante, o pressuposto do patrimônio congregar elementos da identidade brasileira continua.

Corroborando com isto, tem-se a ideia de que o patrimônio legitima por sua história de sobrevivência ao longo do tempo. “A perenidade desses bens leva a imaginar que seu valor é inquestionável e torna-os fontes do consenso coletivo, para além das divisões entre classes, etnias e grupos que cindem a sociedade e diferenciam os modos de apropriar-se do patrimônio.” (CANCLINI, 2006, p. 160).

Todavia, é preciso discutir as relações da modernidade com o passado, para se entender como as tradições servem de legitimação no presente, aos grupos que as construíram ou se apropriaram delas, e fundamentalmente para isso, segundo Canclini é necessário colocá-las em evidência. A teatralização do patrimônio ocorre de forma política, a partir de comemorações, da construção do sentido de monumento e da criação de museus, “A teatralização do patrimônio é o esforço para simular que há uma origem, uma substância fundadora, em relação à qual deveríamos atuar hoje.” (CANCLINI, 2006 p. 162).

Muitas vezes o patrimônio cultural parece alheio às questões da modernidade. Sua função de nos identificar como nação é vista como um dom, por sua essência e patamar simbólico adquirido, assim parece que não somos capazes de discuti-lo. No entanto, o historiador que trabalha com o patrimônio a partir da memória institucional, além de articular dispositivos discursivos sobre o passado, se reserva a atividade de pensar também sobre as inquietações das comunidades sobre os objetos e

memórias que almejam apresentar como o seu passado. Deve “falar do passado, explicitando os conflitos e as disputas que nele se encontram, ao mesmo tempo em que se forma uma identidade nacional positiva para a comunidade retratada.” (PACHECO, 2010 p. 146).

A experiência patrimonial de Sobral a partir do tombamento

Nossa proposta tem como mote a ideia de que a prática patrimonial em Sobral começa a ser exercida de forma efetiva após o tombamento de seu sítio histórico, mesmo que antes de 1999 pudessem ser mapeadas atividades com esse objetivo, é só com o tombamento que maiores recursos são destinados a área por via do poder público. A partir de então, temos diversas publicações elaboradas pela Prefeitura de Sobral e pelo Estado do Ceará sobre o patrimônio e história local, como os livros *Sobral, a preservação do sítio histórico a partir de seu tombamento* (2008), *Coleção História de Sobral* (2012), *Sobral Solar* (2017), além disso, surgem novos equipamentos culturais dentro do sítio histórico, como a Casa (2007) e a Pinacoteca de Sobral, inaugurada em 2016. Pensando nisso, é necessário entendermos como se dá o processo de valorização da história regional no processo de patrimonialização e para isso recorreremos a meados do século XVIII, quando se origina o povoado da Caiçara, que mais tarde viria a ser Sobral.

Durante os séculos XVIII e XIX, produtos como o charque, o couro e o algodão foram fundamentais para a economia e desenvolvimento cearense. Em terras privilegiadas como Sobral, situada na Ribeira do Rio Acaraú, oficinas de charqueadas eram montadas, nas quais o gado era abatido, posteriormente transformado em carne seca salgada e o couro tratado e destinado à exportação, o que levou a Vila a partir de 1773, a possuir relevante papel comercial na região e embalou o desenvolvimento urbano, marcado pela construção de igrejas, como a atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1777) e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, iniciada em 1778 e concluída em 1781.

Mais tarde, com a Guerra de Secessão Americana (1860-1865), houve um maior impulso na produção algodoeira cearense, destinado à indústria inglesa, que perdurou mesmo depois do conflito, assim surgiu a Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano (1887).

Apesar da secundária produção sobralense em relação a outras regiões do Ceará, o algodão promoveu uma mudança radical da economia local e, conseqüentemente, no meio sociopolítico, criando uma classe empresarial empreendedora. Surgiu na cidade

uma das primeiras indústrias têxteis do Ceará, desenvolvendo a comercialização do algodão e investimentos em outras áreas que beneficiam o espaço urbano (ROCHA, 2003, p. 134).

Os reflexos do ciclo comercial e do algodão podem ser vistos pelo grande número de prédios não residenciais construídos, dentre eles: a Igreja das Dores (1818), Igreja do Menino Deus (1820), Casa de Câmara e Cadeira (1848), Igreja de Santo Antônio (1853), Cadeia Pública (1879), Estação Ferroviária (1882) e Teatro São João (1885).

Esses ciclos econômicos aliados à fase industrial no século XX e criação da Diocese de Sobral em 1915, sob a direção do Bispo Dom José Tupinambá da Frota, conhecido por ter sido um grande construtor na história sobralense, tendo movido esforços para erguer a Santa Casa de Misericórdia (1925), Banco Popular (1927), Abrigo Sagrado Coração de Jesus (1953), transformou o antigo casarão do senador Paula Pessoa em Palácio Episcopal (1916), onde atualmente funciona o Colégio Sant'Ana, reformou também o Sobrado do Cel. Bandeira de Melo que foi reformado e ampliado para receber o acervo do Museu Diocesano (1951), deixaram marcas de seus processos pela cidade, através das edificações, que demonstram a história da evolução urbana local e de um modo geral, dos processos de ocupação e desenvolvimento do sertão nordestino, sendo esta a principal proposta e justificativa do processo de tombamento do sítio histórico de Sobral, característica expressa no Estudo de Tombamento Federal de Sobral (1997).

Em suma, o que norteia a proposta de proteção do núcleo histórico de Sobral e, em última análise, a justifica, é a necessidade e a oportunidade de reconhecê-lo e preservá-lo como um dos mais importantes documentos do urbanismo colonial nesta região e da história do desbravamento e da ocupação do sertão nordestino (4^oCR/IPHAN - Livro II, 1997, p. 115).

Nesse sentido, o tombamento do sítio histórico de Sobral, se insere em uma perspectiva da prática patrimonial do IPHAN, que desde os anos oitenta passa a valorizar “alguns testemunhos da ocupação do território brasileiro, da evolução das cidades.” (FONSECA, 1997, p. 225). Sendo que pelo menos em suas décadas iniciais, o órgão considerava sobretudo o valor artístico como critério principal para o tombamento enquadrado nas palavras do Decreto-Lei n^o25 de 30 de novembro de 1937.

Para Fonseca (1997), o tombamento de núcleos históricos era nos tempos iniciais do SPHAN, realizados pela quantidade de bens de interesse visualizados nas áreas, a mudança que torna-se

evidente, é a necessidade de se preservar os conjuntos - como é o caso do sítio histórico de Sobral - e não apenas os bens isoladamente.

E como apontado no início, a partir destas considerações, o sítio histórico de Sobral foi reconhecido pelo IPHAN, como patrimônio nacional, em agosto de 1999, o que viria a ser apenas o início da empreitada de conservação e preservação da área urbana tombada. Agentes como a Prefeitura Municipal de Sobral, a Secretaria da Cultura do Ceará e o IPHAN, passam então a estruturar ações voltadas para tal, sendo uma delas a criação da Casa do Capitão-Mor, que desde então desenvolve atividades que visam a difusão do patrimônio cultural urbano, utilizando para isto atividades de educação patrimonial.

A Casa do Capitão-Mor como espaço de incentivo da educação patrimonial

A Casa do Capitão-Mor é uma das edificações do período colonial sobralense mais bem preservadas, tem uma arquitetura simples, semelhante às edificações do ciclo do gado: parede grossa de tijolos, teto de duas águas, piso de tijolos de barro, duas portas e uma janela, datada aproximadamente de 1772, um ano antes do povoado Caiçara ser elevado à categoria de Vila Distinta e Real de Sobral.

Após muitos anos servindo a outros usos, como residência e uma das últimas ocupações funcionando como Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil entre os anos 1980 e 90, a casa foi comprada pela Prefeitura, e passou por processos de escavações arqueológicas e restauro, realizadas por arqueólogos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no início dos anos 2000, até ser aberta com sua função atual em 2007. Desde então, a Casa segue desenvolvendo atividades voltadas para a educação patrimonial e valorização da história local. Hoje sedia também o Escritório Técnico do IPHAN em Sobral. Atualmente não só a Casa, mas também outros museus da cidade estão ligados a Secretaria de Cultura, Juventude Esporte e Lazer (SECJEL), responsável pela administração desses equipamentos.

A Casa do Capitão-Mor é aberta ao público de segunda à sexta, de 8 horas da manhã às 12 horas, e pela tarde das 14 às 17 horas. Funciona também, excepcionalmente, aos finais de semana ou pela noite, quando há necessidade de realização de eventos ou recepção de grupos agendados para

realização de visita a seu espaço museológico. Possui atualmente um coordenador, profissional da área de história, e quatro mediadores culturais, dois no turno da manhã e dois no turno da tarde, estes últimos, ligados na maioria das vezes ao curso de Licenciatura em História e à Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Por meio de convênio, em outros momentos fizeram parte estudantes do curso de Pedagogia e Ciências Sociais da mesma Universidade. É importante ressaltar que o trabalho dos mediadores no equipamento já resultou em pesquisas acadêmicas, ligadas à prática de visitas mediadas na educação informal e à pesquisa, tendo sido executadas produções de artigos, trabalhos apresentados em eventos nacionais e até mesmo em temas de monografia.

No local, há em exposição permanente o acervo de objetos fragmentados encontrados no processo de escavação arqueológica realizada na Casa. Dispõe de sala de vídeo onde são exibidos vídeos sobre o patrimônio imaterial local, como por exemplo, a tradição dos bois e reisados, o artesanato de palha, a capoeira e tantos outros; possui uma reserva técnica que tem por objetivo armazenar e preservar o material encontrado na Casa e que não está em exposição, materiais esses constituídos por diferentes ocupações ao longo dos séculos como: louças datadas do século XVIII e XIX, material em barro como potes para armazenar líquidos, material em vidro que inclui perfumes, remédios e utensílios domésticos, brinquedos e muitos outros.

O equipamento conta com uma biblioteca que possui mais de 200 exemplares, onde grande parte deles é voltada para a história local. São livros escritos por memorialistas e historiadores, e arquitetos com importantes produções locais como Campelo Costa e Herbert Rocha, este último é o autor do livro *O lado esquerdo do Rio* (2003), obra de referência para os estudos de história da região, além de livros nas áreas de arquitetura, sociologia, mapeamento cultural, dentre outros.

Executou-se o projeto “Memórias da Casa, Memórias da Rua”, trabalho esse que se constituiu pela coleta de relatos orais das memórias dos mais antigos moradores vizinhos da Casa, que narraram histórias do espaço e de seus arredores. Já o projeto “Doces Lembranças”, busca repassar através de oficinas culinárias o saber-fazer de doces antigos produzidos na cidade em torno dos anos 1940/50, que hoje perpassam as memórias das doceiras e chegam ao público das oficinas como uma ação que ajuda a manter a tradição e produção dos mesmos, os doces rememorados nessa ocasião são o fartes, a queijada e os bulins.

A Casa também foi agraciada em julho de 2016 com o Prêmio Modernização de Museus – Microprojetos 2014, promovido pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), do Ministério da Cultura (MinC). O investimento do prêmio permitiu o desenvolvimento do catálogo (SANTOS, 2017) da escavação arqueológica da Casa e a elaboração de uma caixa de simulação arqueológica, destinada ao público, principalmente das séries iniciais do Ensino Fundamental I, para que fossem estimulados a aprender praticando, sobre as formas de investigação da arqueologia e da história. Todas as atividades listadas foram pensadas pela coordenação da Casa, e levam em consideração a faixa etária destinada a cada jogo/atividade e sua relação com os objetivos educativos a serem alcançados, pensando sempre em trabalhar com questões que os estudantes estejam vendo nas aulas da escola, para que não vejam o museu apenas como um apêndice da escola, mas como um local em que pode ser um gerador e amplificador de práticas educativas (RAMOS, 2004).

A equipe da Casa também realiza visitas mediadas ao sítio histórico, que podem ser realizadas em quatro núcleos: o da Igreja da Sé, o da Igreja do Rosário, o do Teatro São João e o da Igreja do Patrocínio, pontos de ligação estratégica, por se localizarem próximo a outros bens de interesse cultural e histórico.

No núcleo da Sé, faz-se menção à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e nesse espaço há também uma ligação direta com a história da criação do povoado Caiçara, que emerge às margens do Rio Acaraú, que foi a base para o desenvolvimento da pecuária, pela indústria do charque, conhecido também como núcleo de origem; no núcleo da Igreja do Rosário faz-se referência à cultura afro-brasileira e possibilita falar sobre a presença de negros escravizados na região, sobre a Irmandade do Rosário dos Pretinhos e seus esforços que resultaram na construção da Igreja mais antiga da cidade (1777), local onde por muito tempo foi festejado a Coroação do Rei do Congo; na região do Teatro São João é possível conhecer além do próprio Teatro, o Museu Dom José, que abriga um rico acervo de coleções reunidas pelo Bispo Dom José Tupinambá da Frota, incluindo um dos acervos religiosos mais densos do Brasil, a Casa da Cultura, antigo sobrado dos Figueiredos, atual galeria de arte de Sobral e a Pinacoteca de Sobral, que reúne obras de artistas locais e internacionais; no núcleo do Patrocínio, pontos relevantes são a própria Igreja do Patrocínio, o Museu do Eclipse inaugurado em comemoração dos 80 anos da comprovação da Teoria da Relatividade Geral (1919) do físico Albert Einstein em Sobral e o Planetário.

Além disso, possui também uma série de jogos didáticos, como quebra-cabeças, jogos da memória e jogos de trilha, que a partir de imagens antigas de Sobral, instigam a curiosidade dos brincantes pela história da cidade. Nesse recorte de pesquisa, foi analisado um destes jogos, sendo escolhido o jogo “Detetives do Patrimônio”, que tem por objetivo levar os participantes a conhecer alguns marcos da história de Sobral, localizados no núcleo da Igreja da Sé, sendo eles a própria Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, o Rio Acaraú, a Casa de Câmara e Cadeia, o Pelourinho e as montanhas da Serra da Meruoca, com o objetivo de que os participantes conheçam a importância desses bens na história local e para sua formação.

É sobre este jogo que se propõe a análise, pois acredita-se que ele possibilite a constituição de uma metodologia que privilegia a elaboração de uma experiência urbana de conhecimento histórico, ou seja, é readaptar o caminhar comum do cotidiano, dando um outro olhar às ruas, aos prédios e aos monumentos da cidade, o que assim cria uma atividade de educação patrimonial, segundo o Guia Básico de Educação Patrimonial (1999) e o Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial (2007). Sendo que aqui os recursos de análise estarão focados no Manual (2007), além da possibilidade de observação e avaliação do trabalho do profissional de História com a educação patrimonial.

O jogo “Detetives do Patrimônio”: O olhar de detetive do historiador

A preparação para a realização da atividade “Detetives do Patrimônio”, é feita desde o ato do agendamento da visita à Casa, momento em que a escola, grupos ou outras instituições entram em contato com a coordenação do equipamento. Nesta instância, além de tomar conhecimento da procedência do público e qual a quantidade de pessoas envolvidas, também é identificado se é a primeira ida do grupo ao equipamento e a sua faixa etária média, desse modo, é possível ter ideia se os visitantes são locais ou turistas, por exemplo. Essas informações são cruciais para o discurso e a metodologia desenvolvidos ao longo da mediação. É necessário também saber o que esses visitantes objetivam, quais as discussões que estão interessados, se o foco é conhecer um pouco mais sobre a história local por meio do espaço museológico da Casa, realizar atividades de educação patrimonial, ou ainda se desejam realizar visita guiada ao sítio histórico. As diferentes modalidades de visita que a Casa oferece pontuam objetivos diferentes e por isso é necessário delimitar o que será feito na visita.

É importante salientar que a execução do jogo está intrinsecamente ligada também à visita da Casa, onde os participantes começam a mobilizar informações da história local na elaboração de um

conhecimento que será de suma importância para dinâmica do jogo. Partindo disto, a atividade é iniciada a partir de um lema: *De passo em passo, conheça seu espaço*, que pontua o objetivo principal do jogo e visa o ato de caminhar e observar a cidade, seguindo pelos seus antigos casarões, as igrejas e suas torres, a paisagem urbana e os patrimônios imateriais, para que os participantes percebam os processos de construção da história.

A divisão dos participantes em grupos faz-se pela quantidade de cartas/perguntas, sendo ao todo sete, e para tal é importante que tenham no mínimo quatorze pessoas para a formação de duplas, caso isso não seja possível pelo número inferior de participantes, pode haver uma redistribuição de uma quantidade maior de cartas para cada equipe. Crianças, jovens e adultos podem jogar, quando é possível a junção das diferentes idades, o jogo fica ainda mais interessante, pois não se baseia necessariamente em ser uma disputa entre grupos, mas sim a solução dos enigmas por parte de cada equipe, sendo vitoriosos todos aqueles que conseguem desvendar as perguntas.

Os participantes são identificados por um crachá que representa o número de sua equipe, o mesmo número da carta com a pista, estes numerados de um a sete. As informações começam a ser lidas pelo líder do grupo da vez, que mantém em seu poder uma lupa, e o objeto funciona como elemento identificador do grupo que está jogando. A partir das dicas, os participantes começam a caminhar em torno das ruas ao redor da Igreja da Sé, percebendo as edificações e outros elementos que compõem o espaço em que estão situados. Como já citado, as perguntas são baseadas na mediação realizada em etapa anterior na Casa, e vem em forma de cartas e são feitas em primeira pessoa, como se os patrimônios estivessem conversando com os participantes e dando dicas sobre quem eles são. Citando uma das cartas: “Fui construída em 1848. Tenho dois pavimentos onde antes funcionava a Cadeia Pública e a Câmara da Vila de Sobral. Quem sou eu?”, a edificação descrita é a Casa da Câmara e Cadeia, atual Câmara Municipal da cidade, outro exemplo pode ser: “Fui uma grande produtora de alimentos, atuei no abastecimento da Fazenda Caiçara e os primeiros trabalhadores do ciclo do gado do Vale do Acaraú. Em minhas terras foram plantadas as primeiras mudas de café trazidas para o Ceará. Quem sou eu?” e a resposta correta é a Serra da Meruoca que tem suas montanhas como moldura natural da cidade de Sobral.

Cada grupo fica responsável por uma pergunta e por descobrir a resposta do item. Quando a questão é solucionada, a vez é passada para a equipe seguinte, e assim caminham pelo núcleo da Sé,

saindo da Casa, indo para a Igreja da Sé, a Margem Esquerda do Rio Acaraú. No processo investigativo, os participantes leem a pergunta e confabulam entre si, na busca de respostas, enquanto isso, são orientados por dois mediadores da Casa, a observarem ao seu redor, pois as respostas estão concentradas no próprio núcleo da Sé, elegido para o jogo, por sua proximidade a Casa do Capitão-Mor, facilitando a execução do jogo, no que tange ao deslocamento dos visitantes da Casa para o espaço, sendo assim também uma escolha pensada pela logística para que atendesse a maior parte do público visitante. Assim, eles descobrem as respostas das perguntas através da observação e do processo de rememoração da visita realizada na Casa. Muitos identificam a resposta “Serra da Meruoca”, quando estão de frente ao frontispício da Igreja da Sé, por ser uma parte alta do núcleo, que permite observar melhor por cima dos prédios da cidade e conseqüentemente observar as montanhas da Serra.

Ao encerrar o jogo, quando todos os grupos têm descoberto as respostas de suas perguntas, é organizada uma roda de conversa, para debater sobre o que os participantes acharam da atividade, se foi fácil ou difícil solucionar os enigmas, se conseguiram aprender algo novo enquanto jogavam e demais questões que sejam colocadas por eles. Nesse momento, é possível perceber o potencial educativo da prática do jogo pelos comentários positivos, no que se referem aos participantes descreverem que gostaram da atividade, que até gostariam de jogar novamente e que conseguiram ver que os patrimônios da cidade estão mais pertos deles do que imaginavam, e que o patrimônio pode ser tudo aquilo que faz sentido para um grupo, uma comunidade e para eles mesmos.

Pode-se observar isto através da fala de um dos participantes da atividade, registrada no vídeo institucional da Casa do Capitão-Mor, realizado em 2017, tendo sido desenvolvido a partir do Prêmio de Modernização de Museus – Microprojetos do IBRAM e MinC. A produção conta um pouco dos dez anos de atividade da Casa e apresenta ao público o que vem sendo desenvolvido ao longo dos anos. Em entrevista para o vídeo, o aluno da rede pública de ensino de Sobral, oriundo da escola Padre Osvaldo Chaves (EI/EF), Danilo Silva, disse: “Eu gostei da brincadeira do Detetives do Patrimônio. A gente conheceu vários patrimônios, como o Rio Acaraú que foi uma referência onde Sobral nasceu, também eu conheci a Câmara, o Pelourinho, a Igreja e a própria Casa do Capitão-Mor.” (CENTRO DE REFERÊNCIA CULTURAL E HISTÓRICA DE SOBRAL, 2017).

Todo o jogo e o seu encerramento com a roda de conversa são acompanhados também pelo professor ou quando há uma coordenação responsável pelos participantes, como uma forma de instigá-los também a conhecer mais sobre a educação patrimonial, por isso é importante também ouvir a fala dos professores a respeito da visita à Casa. No mesmo vídeo, foi possível observar o depoimento do professor Daniel Carlos de Oliveira da rede pública de ensino de Sobral, também da escola Padre Oswaldo Chaves (EI/EF), ele cita:

A visita à Casa do Capitão-Mor eu indico aos professores, aos professores de História, as escolas para que venham, porque aqui a gente consegue entender o processo de crescimento da nossa cidade e consegue também dialogar com o livro didático. A partir de teoria e de prática, de uma forma bem didática que pode fazer com que eles aprendam o conteúdo, e o conteúdo pode se tornar mais interessante para eles (CENTRO DE REFERÊNCIA CULTURAL E HISTÓRICA DE SOBRAL, 2017).

Tendo como base estes comentários, é possível afirmar que o trabalho metodológico desenvolvido na elaboração e sobretudo na execução do jogo “Detetives do Patrimônio” tem fortalecido o potencial de desenvolvimento de uma cultura que valorize o patrimônio cultural e a história. Por meio de práticas educativas como esta, acredita-se que é possível melhorar também as condições de aprendizagens dos participantes, já que passam a lidar com métodos que não são habituais nas escolas, e que assim ganham uma maior atenção dos mesmos.

Neste momento, acolher sugestões de melhoria para a atividade e nos atentar para outras questões que partam da fala dos participantes também se tornou possível, pois o “Detetives do Patrimônio” é uma ação educativa essencial não só para o público que faz parte dela, mas também possibilita que os mediadores culturais possam analisar se os conhecimentos repassados na visita guiada à Casa do Capitão-Mor, foram de fato bem-sucedidos e em que aspectos podem ser melhorados. Falar sobre patrimônio para diferentes públicos é sem dúvidas um desafio, por isso é preciso perceber por meio dos questionamentos com os visitantes, quais das informações sobre o assunto eles já possuem, se conhecem sobre a história da cidade, se já ouviram falar da própria Casa, ou se nunca ouviram acerca de sua existência, haja vista que muitas das visitas são marcadas por representantes de grupos. Na visita, destaca-se a importância de aproximá-los de conceitos, como identidade, memória, patrimônio, tombamento, sítio histórico e outros que auxiliam na elaboração de uma consciência histórica que valorize o patrimônio cultural.

Um dos maiores problemas que estão diretamente relacionados às mudanças ilegais em fachadas de comércios e residências do sítio histórico da cidade, é a falta de informação para o público adulto proprietário das residências que estão dentro da área rigorosa de preservação. Acredita-se que a educação patrimonial pode atuar em diversos campos da sociedade e com diversos públicos, pensando nas escolas, por exemplo, onde o assunto infelizmente não parece ser tão requisitado. A Casa do Capitão-Mor nos últimos anos, vem sendo solicitada com maior frequência, principalmente na rede pública de Sobral e em Universidades para apresentar a palestra de educação para o patrimônio, com o mote “Conhecer para preservar”, de maneira que vem resultando positivamente no diálogo em sala de aula com a participação efetiva de alunos e professores nos debates. Esta ação pode gerar crianças, jovens e adultos que conheçam mais sobre a importância da preservação do patrimônio e assim convivam melhor com o patrimônio cultural e com a cidade.

Pois, entende-se a educação patrimonial como um processo “permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o Patrimônio Cultural com todas as suas manifestações.” (GURENBRG, 2007, p. 5). Para realização plena de tal propósito, é necessário compreender também o que constitui o patrimônio cultural, que são as manifestações, expressões que as sociedades possuem, sejam elas atreladas a bens materiais com edificações, documentos, esculturas, obras de arte ou bens imateriais como festas, comidas, costumes, modos de fazer, incluindo tanto os bens que são acautelados por legislações, como as práticas culturais que não receberam esse tipo de chancela.

Por meio dessas considerações e avaliando a prática do jogo “Detetives do Patrimônio” segundo a metodologia de educação patrimonial do Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial (2007), a proposta se insere na categoria de *Observação*, que seria formulada por

exercícios de percepção sensorial (visão, tato, olfato, paladar e audição) por meio de perguntas, experimentações, provas, medições, jogos de adivinhação e descoberta (detetive), etc., de forma que se explore, ao máximo, o bem cultural ou tema observado. (GURENBRG, 2007, p. 6).

O olhar de detetive aqui proposto combina ações de diferentes atividades do Manual, sendo elas: *Uma edificação, uma descoberta – Uma observação detalhada, O bem cultural e sua investigação e Uma caminhada diferente* (2007), visto que contempla vários dos pontos em que essas atividades se baseiam, desde a observação atenta de algum bem em específico à realização de um percurso por um “bem ou

espaço, pela parte interna e pela parte externa.” (GURENBRG, 2007, p. 12), até propriamente a caminhada realizada com os participantes, aliada no “Detetives do Patrimônio”, às perguntas que guiam a uma espécie de caça ao tesouro.

Para Pacheco (2017), a educação patrimonial é um instrumento tanto para o historiador como para o professor, pois entende-se que para além das diferenciações de Licenciado ou Bacharel em História, ambos compõem a categoria de profissionais da área de História, e no campo da educação patrimonial podem atuar percebendo o estabelecimento das relações entre os indivíduos e a cultura. O autor refletindo sobre a atuação profissional de Francisco Régis Lopes Ramos, enquanto diretor do Museu do Ceará, documentada na obra *A danação do objeto* (2004), pontua que quando se mobiliza as peças de um museu para se fazer com que os visitantes percebam a historicidade das sociedades que as produziram, o

[...] patrimônio histórico se torna instrumento de trabalho do historiador. Ao assumir a radicalidade da sua função social – pesquisar e difundir o passado das sociedades – o historiador que opera com os bens culturais, com o patrimônio histórico de um grupo social, está contribuindo para a difusão, afirmação (ou negação) de determinados valores identitários no interior dessa coletividade (PACHECO, 2017, p. 12)

Dessa maneira, as ações de educação patrimonial constituem-se muito destas concepções, fazendo se tornar evidente a historicidade seja de objetos, edificações ou mesmo dos modos de fazer e viver. Concordamos com o autor ao defender que tanto o historiador-pesquisador quanto o professor de História, têm que serem presentes nos debates e questões que envolvam o patrimônio da sua sociedade. As visões aqui levantadas buscam dar conta dessa problemática, de como o profissional de história pode atuar com a educação patrimonial a entendendo não apenas como uma forma de ensinar sobre o passado, mas também estimula a atitude crítica com relação a elaboração desse passado e sua utilização nos dias de hoje, por meio da educação patrimonial.

Considerações Finais

Compreender a educação patrimonial como um suporte para a prática do profissional de história, seja ele bacharel ou licenciado, é ter em mãos uma ferramenta para lidar com a elaboração dos valores do passado, seja como em nosso caso, atrelado a uma instituição pública, ou com as comunidades que atualmente estão cada vez mais em busca de mecanismos que as auxiliem em suas

batalhas por reconhecimento, nas lutas políticas do povo negro, remanescentes de quilombolas, ou povos indígenas no processo de demarcação de terras. As disputas pela memória nestas comunidades têm se intensificado nos últimos anos e compete ao profissional de história estar atento e presente nesses debates.

Onde o Estado se propõe à construção de um passado que valorize a cultura e a história de um povo, os profissionais da área de história também deverão atuar, pensando e agindo eticamente sobre os dispositivos da memória institucional a ser elaborada, que ela não seja excludente e que possa congrega pressupostos das mais variadas identidades de uma nação. É pensado na memória como uma forma de reconhecimento do passado e de que sentidos podemos atribuir a ele.

Lidando com aspectos concernentes ao tombamento do sítio histórico de Sobral, entende-se que o bem, mesmo que já fosse dotado de valor pela comunidade que o cerca, agora prerrogativas normativas entram em cena, legislações são aplicadas e seu cumprimento ou não está sob intensa verificação, mas para além da responsabilidade com as necessidades requeridas ao bem tombado, faz-se necessário atentar-se mais especificamente se estas práticas normativas estão propiciando uma interação positiva entre o patrimônio e a sociedade, se a declaração de tombamento não se tornou apenas um documento de valor inócuo, é preciso verificar a dinâmica entre os dois.

Nesse sentido, acredita-se que a execução do jogo “Detetives do Patrimônio”, pode experienciar um papel fundamental nesta instância. Tanto por levar o conhecimento sobre a história da cidade, as práticas de preservação e promover a interação de seus participantes com a mesma. Prática esta, que em nosso cenário, não seria exequível sem o profissional de história, que lida com o passado nos dias de hoje, dando sentido às ações do fazer humano em tempos de outrora e isso nada mais é do que mobilizar as edificações de Sobral, erguidas ao longo de três séculos em favor educativo, que possibilite conhecer quem somos e a qual origens pertencemos.

Fontes:

4ª.CR/IPHAN. Estudo para Tombamento Federal do Sítio Histórico de Sobral. Fortaleza, 1997.

Abaixo-assinado para solicitação do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico na cidade de Sobral, 1996; Processo nº 1379-T-97; IPHAN/DID/ARQUIVO/RJ.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de dezembro de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

CENTRO DE REFERÊNCIA CULTURAL E HISTÓRICA DE SOBRAL. Casa do Capitão-Mor José de Xerez Furna Uchoa. Roteiro: Lucas Benjamin. Produção: WG Produções. Sobral, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BqOe1HPEwUM>> Acesso em: 22/11/2019.

Material Didático – Jogo “Detetives do Patrimônio” – Elaborado pela Coordenação do Centro de Referência Cultural e Histórica de Sobral a Casa do Capitão-Mor José de Xerez Furna Uchoa.

Referências bibliográficas:

COSTA, Antonio Campelo; CRUZ, Andrea Nóbrega da; ALVES, Maria do Carmo. **Sobral**, a preservação do sítio histórico a partir do seu tombamento. Sobral: Sobral Gráfica e Editora Ltda: 2008.

FERNANDES, Simone Monteiro Silvestre. Reflexões para ações educativas em conjuntos urbanos tombados: Ouro Preto. **Revista CPC**, 14 (27esp), 90-110.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Edições UFRJ/IPHAN, 1997.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas**: Estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.) **Arquivos, patrimônio e memória**: Trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP:FAPEESP, 1999. p. 11-29.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museu e o ensino de história. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, nº 60, p. 143-154 – 2010.

_____, Ricardo de Aguiar. O Patrimônio histórico: objeto de pesquisa do historiador. **História Unicap**, v. 4, nº. 7, jan./jun. de 2017

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. Ed. Argos: Chapeco. 2004.

ROCHA, Herbert de Vasconcelos. **O lado esquerdo do rio**. São Paulo, Editora: Hucitec, 2003.

SANTOS, Edilberto Florêncio dos. NOBRE, João Nilo de Souza. **Fragmentos da História de Sobral**: Catálogo do acervo arqueológico da Casa do Capitão-Mor. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017.

SILVA, Fernando Fernandes da. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. São Paulo: Peirópolis: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

VELOSO, Patricia (org.) **Sobral Solar**. Fortaleza, Terra da luz editorial, 2014.